

IPASP investe em usina fotovoltaica e pode reduzir fatura de energia em até 95%

Publicada em: 05/12/2025 14:32 -



O IPASP - Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba fecha o ano de 2025 com uma ação importante em ESG (Environmental, Social e Governance) - Governança Corporativa, Ambiental e Social: a instalação e o início do funcionamento de uma micro usina solar fotovoltaica, que é uma das alternativas mais viáveis para substituir as fontes poluentes de energia. A instalação ocorreu em outubro e a ativação do sistema de microinversores (placas solares) foi em novembro deste ano, por empresa vencedora de processo licitatório para esse serviço. “Produzindo sua própria energia limpa, o IPASP terá uma redução em até 95% no valor da fatura mensal. Nossa fatura de outubro, por exemplo, foi de R\$ 4.545,00 e a de novembro, já com a substituição do medidor da CPFL pela micro usina de geração fotovoltaica, em cerca de 20 dias de consumo, reduziu para R\$ 2.960,00”, avalia os benefícios, Carlinhos Schiavon, presidente do IPASP.

O investimento para o Instituto produzir sua própria energia verde foi de R\$ 86 mil, contribuindo, destaca Schiavon, com a natureza na redução de CO₂ - dióxido de carbono - e de utilização de carvão nas termelétricas, o que também reduz o desmatamento. “Com isso, em dois meses da data da instalação e início de funcionamento da micro usina, o Instituto vai contribuir com a redução de 2.417 toneladas de CO₂ e de 2.417 toneladas de carvão fóssil, evitando que 332 árvores sejam utilizadas nas termelétricas”, justifica Schiavon.

Seguindo a Governança Corporativa, Ambiental e Social, o Instituto passou a usar a luz solar para gerar sua própria energia elétrica, deixando de utilizar a da CPFL, o que permite livrar-se das alterações do sistema de bandeiras tarifárias (verde, amarela e vermelha) que existe em função da queda no nível dos reservatórios das hidrelétricas e que implica utilização de termelétricas para geração de energia, levando os consumidores a pagarem mais, em determinadas épocas do ano, pela energia que consomem.

De acordo com Schiavon, caso o IPASP não consuma toda a energia produzida, o sistema passa a injetar o excedente na rede elétrica, gerando créditos energéticos que podem ser utilizados em até 60 meses.

DETERMINAÇÃO DO TCU

O TCU - Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1.056/2017 – TCU/Plenário, determinou que a Administração Pública Federal implementasse iniciativas voltadas às práticas sustentáveis que redundem na preservação do meio ambiente. “Diante disso, é pertinente que os órgãos públicos municipais e autarquias tenham atitudes semelhantes com vista aos objetivos propostos”, afirma o presidente do IPASP, ressaltando que a boa gestão contribui com aprimoramento da eficiência e da qualidade na prestação dos serviços do Instituto. “Bem como o aumento da capacidade de investimento de um recurso anteriormente imobilizado para pagamento das contas de energia”, completa Carlinhos Schiavon.